

ISSN 2236-0476

O USO DE MEDICAMENTOS À BASE DE PLANTAS MEDICINAIS POR MÉDICOS DO SUS NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS, RJ.

Karine da Silva Ribeiro¹, André Luis de Alcantara Guimarães²

Introdução

A prática de utilizar elementos da natureza com finalidade de auxiliar o homem já é bastante antiga. Desde os tempos primitivos, plantas, animais e elementos químicos fazem parte dos “medicamentos” que o homem utiliza. O uso das plantas está há muito tempo na vida do ser humano não só como medicamentos, mas também para rituais e alimentação. Na história, há achados de 2600 A.C. falando da utilização de plantas como medicamento na Mesopotâmia, com relatos da utilização de *Cedrus* sp. (cedro), *Glycyrrhiza glabra* (alcaçuz) e *Papaver somniferum* L. (papoula), que são utilizados até hoje (LEITE, 2009). Com o tempo, a utilização de inúmeras plantas para a contribuição na melhoria da saúde foi ganhando espaço em todo o mundo, surgindo a necessidade cada vez maior de estudos sobre o tema. Em 1815, surgiu o termo FARMACOGNOSIA, criado por SEYLLDER em sua *Analecta Pharmacognostica*, que se entende pela ciência que estuda a utilização de matérias de origem natural para o tratamento de enfermidades. Com o passar do tempo e o aprendizado adquirido com a prática na utilização de plantas medicinais, a humanidade aprendeu a diferenciar plantas benéficas das que eram tóxicas e faziam mal a saúde, e assim surgiu a ciência denominada como fitoterapia, que significa tratamento pelas plantas. Dessa forma, a utilização de plantas medicinais se tornou constante na vida do homem, sendo uma grande parte dos fármacos compostos de matéria prima vegetal, pois surgiram do isolamento de alguns extratos vegetais (ALONSO, 2008).

O aumento da utilização dos fitoterápicos criou a necessidade de uma legislação que regulamentasse essa prática. Assim, surgiram no Brasil as RDC's (Resolução da Diretoria Colegiada) da ANVISA, especificamente a RDC nº 48 de 18/03/2004 que regulamenta o uso dos fitoterápicos, e os divide em três categorias: Medicamento Fitoterápico Novo, Medicamento Fitoterápico Tradicional e Medicamento Fitoterápico Similar. Além disso, a RDC nº 48 explicita as exigências para o controle de qualidade desses fármacos, incluindo a avaliação toxicológica e farmacológica, para garantir ao profissional de saúde a segurança e a

¹Universidade Candido Mendes. Pós-graduação em Gestão Ambiental
[Av. Alberto Torres, Número 915 - Alto](#) – Teresópolis / RJ, CEP: 21710-250.
Telefone: (21) 2642-0749 - e-mail: karine.s.ribeiro@hotmail.com

²Centro Universitário Serra dos Órgãos. Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Estrada da Prata, s.n., Prata, Teresópolis, RJ, CEP 25976-340.
Telefone: (21) 27435300 – email: andreluis.guimaraes@gmail.com

ISSN 2236-0476

eficácia do produto (ALONSO, 2008). De acordo com a portaria 06/95 da ANVISA, fitoterápico pode ser definido como “*Todo medicamento tecnicamente obtido e elaborado, empregando-se, exclusivamente, matérias primas ativas vegetais com a finalidade profilática, curativa ou para fins de diagnóstico, com benefício para o usuário*”.

O Brasil dispõe de uma megabiodiversidade, 25% da biodiversidade do planeta Terra se encontra em terras brasileiras, com isso é possível concluir que o Brasil possui um grande potencial de produção de fármacos a partir da extração de princípio ativos de plantas. Em países industrializados, há um alto índice de prescrição de medicamentos que se utilizam da grande biodiversidade vegetal. Segundo Leite (2009), “a utilização racional dos recursos naturais para a obtenção de medicamentos fitoterápicos oriundos da flora brasileira, pode assegurar, por um lado, enorme vantagem competitiva no mercado global para países com megabiodiversidade, como o Brasil; por outro lado pode também, proporcionar grande benefício para a saúde com o oferecimento de fármacos seguros e eficazes”.

Atualmente, a utilização dos fitoterápicos ganhou um espaço de discussão no que desrespeito a política e econômica não só no Brasil, mas em todo o mundo. Nesse contexto, a OMS (Organização Mundial de Saúde) vê no uso da fitoterapia, uma solução viável e de extrema importância para populações de países subdesenvolvidos e em desenvolvimentos, devido ao baixo custo da fitoterapia.

O Programa Nacional de Plantas Medicinais

O reino vegetal sempre esteve a dispor do ser humano, não só para a cura das enfermidades, como para fins ritualísticos, alimentação, entre outros. Com isso, ao decorrer do tempo foi criado um banco de informações, a partir do conhecimento intuitivo do homem em saber diferenciar plantas tóxicas e benéficas. Os conhecimentos descobertos foram passando de geração em geração, e o que era empregado de forma empírica e intuitiva, acabou por despertar o interesse de estudiosos que tinham por objetivo comprovar a segurança e a eficácia de seu uso. O uso empírico de plantas medicinais, que por tempos se imaginou bastante distante da lógica científica, passa a ser de fundamental importância para a produção de novos fármacos (LEITE, 2009). A partir do aparecimento das ciências naturais, e do método científico, no começo do séc. XIX os medicamentos a base de plantas medicinais tornaram-se foco da análise científica. Nesse contexto, muitas plantas ganharam nomes oficiais, baseados nos seus usos medicinais ou em suas propriedades empiricamente descobertas ao longo dos anos (LORENZI & MATOS, 2008). O uso de plantas medicinais tem recebido da Organização Mundial de Saúde (OMS) incentivos, de acordo com a resolução WHA 31.33 (1987) e 40.33 (1987), que incentivam a criação de programas em todo o mundo, que valide o uso dessas plantas, ressaltando a identificação, a preparação, o cultivo e a conservação dessas plantas de muitíssima importância para a medicina tradicional, visando assegurar o controle da qualidade dos fitoterápicos. De acordo com o próprio programa nacional de plantas medicinais, o Brasil contém a maior biodiversidade do planeta Terra, e entre essa biodiversidade encontramos muitas plantas medicinais que são matérias-primas para a fabricação não só dos fitoterápicos,

ISSN 2236-0476

como de outros medicamentos (BRASIL, 2009). Levando em consideração a megabiodiversidade que o Brasil possui, é necessário que haja um programa que regulamente as plantas medicinais, visto o alto potencial de utilização de plantas medicinais, tanto no uso popular como na produção de medicamentos fitoterápicos. Em 22 de junho de 2006, através da portaria Ministerial GM/MS nº 971 foi aprovada pelo decreto nº 5.813, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que tem por objetivo garantir o uso racional e o acesso seguro, e promover o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional. A política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos tem em seu Grupo de Trabalho interministerial instituído por Decreto Presidencial de 17 de fevereiro de 2005, constitui parte importante das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento social e econômico, a fim de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira. Em dezembro de 2008, foi aprovado através da portaria Interministerial nº 2.960, o Programa Nacional de Plantas Medicinais e o Comitê Nacional de Plantas medicinais e fitoterápicos, que tem por objetivo monitorar e avaliar o programa.

De acordo com Firmino & Bensfield (2012), “O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos possibilitará o crescimento de toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos para garantir a eficácia e segurança e qualidade desses produtos. Dessa forma, baseados na importância do potencial da diversidade vegetal, com fomento do governo brasileiro, através do Programa Nacional de Plantas Medicinais, o presente estudo tem por finalidade investigar a prescrição de tratamentos à base de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos por médicos do SUS na cidade de Teresópolis, RJ. Assim, esperamos obter dados que demonstrem o estado atual da implantação do programa em Teresópolis e a importância do mesmo para a população, especialmente aquela que tem o SUS como única alternativa terapêutica.

Método

Para a realização deste trabalho, foram usadas metodologias descritiva e quantitativa, e todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre esclarecido. Para a quantificação da implantação do uso de tratamentos à base de plantas medicinais, foi elaborado um questionário com perguntas sobre a prescrição e a utilização de fitoterápicos por alguns médicos do ambulatório do UNIFESO², de diferentes especialidades, além de um questionário específico para a administração do ambulatório, para obter dados sobre os atendimentos ali realizados. Para a descrição qualitativa, e foram analisados artigos científicos, disponíveis no Scielo (Scientific Electronic Library Online), monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam o tema Fitoterapia, no período de Agosto a Novembro de 2012, preferencialmente publicados nos últimos 10 anos, para utilizar como base do referencial teórico da pesquisa.

² Centro Universitário Serra dos Orgãos

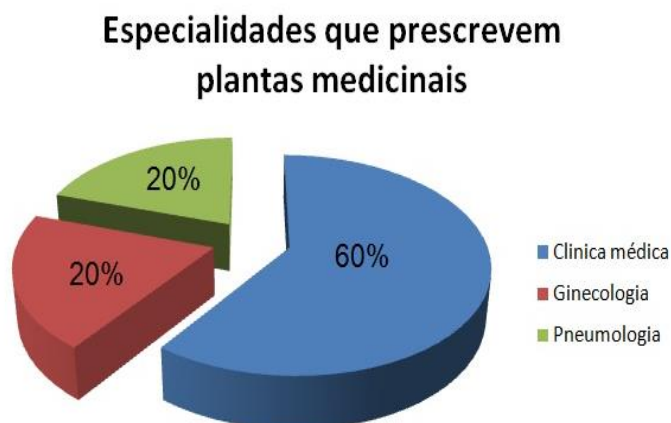
ISSN 2236-0476

Resultados e Discussão

O ambulatório UNIFESO, se localiza na Rua Tenente Luiz Meireles, 789 – São Pedro – Teresópolis – RJ. É especializado em atendimentos para o SUS, pertence ao Hospital das Clínicas Constantino Ottaviano. Possui 97 médicos de staff e médicos residentes, divididos em 34 especialidades, dentre elas as mais procuradas são: Cardiologia, Pediatria, Ginecologia, Clínica médica, Ortopedia, Reumatologia e Neuropediatria. O ambulatório realiza em média 800 atendimentos por semana e uma faixa de 3.200 atendimentos por mês. Foram entrevistados 18 médicos, sendo dez do sexo masculino e oito do sexo feminino das seguintes especialidades: Cirurgia plástica, Cirurgia Geral e Torácica, Clínica médica, Ortopedia, Ginecologia, Cardiologia, Pneumologia, Nutrição e Pediatria. Com idades entre 25 e 64 anos. Todos os médicos entrevistados, responderam positivamente quando questionados se apoiam a implementação de programas que incentivem o uso de fitoterápicos por pacientes do SUS, levando em consideração o seu baixo custo, comparado aos sintéticos. Dessa forma, nota-se que a importância do uso das plantas medicinais está consolidada. Além disso, não há grandes restrições de implantação por parte dos médicos.

Já sobre o programa nacional de plantas medicinais, a maioria, 94%, diz não conhecer o programa, que é exatamente o que regulamenta o uso de plantas medicinais, e possui um “banco de dados” das plantas que tem sua “confiabilidade” verificada. Esta informação nos leva a uma preocupação, pois, 28%, dizem indicar o uso de algumas plantas medicinais, em forma de chá, tintura, compressa, entre outras formas, para seus pacientes. Foi verificado também, que médicos, com mais tempo na profissão, 72%, tem uma tendência maior a prescrever fitoterápicos, do que os médicos recém-formados. Em relação à indicação do uso de plantas medicinais em forma de chá, compressa, tintura e etc., conforme a tabela 2, apenas 28%, responderam indicar plantas com fins medicinais. Desse percentual (28%), a especialidade que mais se destaca é a clínica médica como poderemos ver no gráfico 1.

Gráfico 1 - Relação de indicação de plantas medicinais por especialidade:



ISSN 2236-0476

Como podemos perceber através do gráfico 1, apenas 3 (três) das 10 (dez) especialidades disseram ter o hábito de prescrever o uso de plantas medicinais em formas de chá, compressas, tintura e etc., para seus pacientes. Dentre as mais indicadas estão a “Arnica” em forma de tintura, que não foi dito o uso indicado, o “Louro” em forma de chá indicado para náuseas, o Guaco também em forma de chá indicado para a tosse, além da “Erva Cidreira” e “Camomila”, como calmantes.

Percebemos que muitos médicos de diferentes especialidades prescrevem medicamentos fitoterápicos, em média, ao menos um de cada especialidade, porém poucos disseram que tem o hábito constante, e apenas 12 medicamentos foram relatados: Hedera Helix, Passiflora, Cimifuga Herbarium, Isoflavona, Vitex Herbarium, Wildyam, Pasalix, Silimarina, Mulungu, Ágar-àgar, Valeriane e Garcinia. Entretanto, este número pode ser considerado pequeno, se comparado à lista de medicamentos registrados pela ANVISA (Agencia Nacional de Vigilância Sanitária) e se levarmos em consideração o número de especialidades analisadas e de atendimentos como demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Relação da prescrição de medicamentos fitoterápicos por especialidade:



Conclusão

Nosso país possui grande parte da megabiodiversidade do planeta, e a cidade de Teresópolis apresenta em seu entorno, boa parte da vegetação da Mata Atlântica. Com isso, observa-se o uso de plantas medicinais como uma alternativa de tratamento, mas para isso é de extrema importância que os médicos não só do ambulatório, como todos os outros que atendem a população de Teresópolis e do SUS no Brasil inteiro, tenham informações confiáveis sobre o

ISSN 2236-0476

uso destas plantas para podê-las indicarem como uma forma de alternativa viável. É importante que os médicos tenham mais acesso à informações fornecidas não só pelo programa nacional de plantas medicinais, mas também à ações que incentivem o uso seguro de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. É visível que grande parte da população do nosso país necessita do SUS, portanto é de grande importância que haja alternativas viáveis para a satisfação da população em termos de custos, levando em consideração que muitos necessitam de uso constante de medicamentos, e consideram o uso da fitoterapia uma alternativa mais barata e segura. Grande parte da população do planeta pertence aos países economicamente menos desenvolvidos, que apresentam dificuldades em oferecer um bom atendimento em relação à saúde. Segundo a OMS 80% da população mundial utiliza plantas medicinais como único tratamento terapêutico (LEITE, 2009). Desta forma, considerando o grande crescimento populacional, a falta de recursos e a necessidade elevada de medicamentos caros, a fitoterapia se destaca como uma ótima alternativa. O programa nacional de plantas medicinais, diz ver no uso da fitoterapia uma ampliação das opções terapêuticas viáveis ofertadas aos usuários do SUS, e garante o acesso às plantas medicinais e fitoterápicos com segurança, eficácia e qualidade (BRASIL, 2009). Além disso, é de extrema importância que se crie ações de incentivo ao uso de medicamentos fitoterápicos por usuários do SUS, levando em consideração seu baixo custo. De acordo com algumas respostas citados pelos médicos na realização da pesquisa, é necessário também que o assunto plantas medicinais e, principalmente, medicamentos fitoterápicos, tenha maior consideração nos cursos de graduação e especialização, pois muitos poderão trabalhar atendendo a população pelo SUS, e a falta de conhecimento sobre o programa nacional de plantas medicinais e seus inúmeros benefícios podem comprometer sua implantação e a melhoria do próprio SUS. Atualmente, alguns fitoterápicos já são utilizados. Dados indicam que entre os 252 fármacos e fármacos essenciais selecionados pela Organização Mundial da Saúde, 11% são de origem exclusivamente vegetal e uma parcela significativa é preenchida por medicamentos semi-sintéticos, obtidos a partir de precursores naturais (RATES, 2001). Mas para que esses medicamentos sejam prescritos com mais frequência e com segurança, é necessário que haja conhecimento sobre os medicamentos a serem indicados. Percebe-se então, a grande importância que o programa nacional de plantas medicinais possui. Através dele, algumas inseguranças apresentadas pelos médicos entrevistados seriam sanadas. Pois dentre as ações do programa nacional, destacam-se garantir a eficácia e qualidade dos medicamentos à base de plantas medicinais. Neste sentido, como o Brasil trata-se de um país em desenvolvimento, médicos e governantes da área da saúde deveriam incentivar a utilização e a prescrição de fitoterápicos, principalmente devido ao baixo custo que o mesmo oferece a população.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Jorge R.. **Fitomedicina: Um curso para profissionais da área da saúde.**- 1. Ed.: Pharmabooks, 2008.

ISSN 2236-0476

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

FIRMINO, F. C. & BINSFELD, P. C. Biodiversidade Brasileira como fonte de medicamentos para o SUS. São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/6mostra/artigos/SAUDE/FABIANA%20COSTA%20FIRMINO.pdf>> . Acesso em 10 Out. 2012.

LEITE, J. P. V. **Fitoterapia: Bases Científicas e Tecnológicas**/João Paulo Viana Leite (editor).-- São Paulo : Editora Atheneu, 2009.

LORENZI, H. & MATOS, F. J. A. **Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas** – 2. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.

RATES, S.M.K. **Promoção do uso racional de fitoterápicos: uma abordagem no ensino de Farmacognosia**. Revista Brasileira de Farmacognosia. 11: 57-69, 2001.